

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.173 - PR (2019/0150805-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA TAVARES LIMA
AGRAVANTE : MARIA JAQUELINE RODRIGUES LEME
AGRAVANTE : MARLI APARECIDA DA SILVA SANTOS
AGRAVANTE : CLEIDE MARIA DA SILVA HARDEN
AGRAVANTE : VILSON EURICO DA SILVA
AGRAVANTE : VITALINO QUIEZI
AGRAVANTE : NEUZA MARQUES DOS SANTOS
AGRAVANTE : OTACILIO MONTEIRO
ADVOGADOS : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS E OUTRO(S) - PR008123
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668
RAFAEL MACEDO DA ROCHA LOURES - PR036728
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
ENEIDA DE CASSIA CAMARGO E OUTRO(S) - PR044759
VALENTINA RABELLO NEVES - RS101118
MARCOS JOSE GREGORY ZIMMERMANN - RS080729

DECISÃO

Preliminarmente, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no Recurso Extraordinário 827.996/PR (Tema n. 1.011).

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, em face do possível juízo de retratação pela instância de origem.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte Superior, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, de acordo com o disposto nos arts. 1.040 e 1.041, § 2º, do CPC/2015: 1) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do STF, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 2) caso o acórdão recorrida contrarie a orientação do STF, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 3) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator